

**CONCESSIONÁRIA PONTE RIO-NITERÓI S.A. - ECOPONTE**  
CNPJ/MF nº 22.163.297/0001-49 - NIRE 33.300.315.993

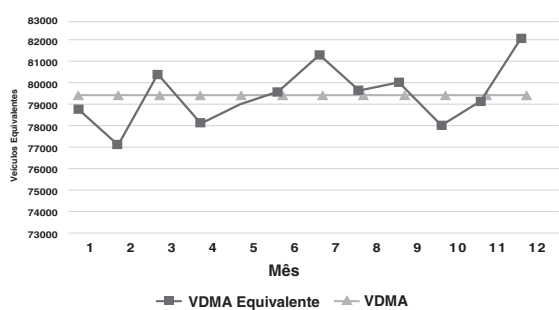
**Relatório da Administração 2023**

Volume de tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)	2023	2022	Var.
Leves	24.503	24.264	1,0%
Pesados	4.362	4.365	-0,1%
<b>Total</b>	<b>28.865</b>	<b>28.629</b>	<b>0,8%</b>

*Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.*

**Caracterização do Tráfego:** A Companhia apresenta no quadro abaixo o volume diário médio equivalente por mês no ano de 2023, VDM (volume diário médio) e VDMA (volume diário médio anualizado), respectivamente.

**Variação mensal do volume no ano base**



**Tarifa e tarifa média:** A tarifa média por veículo equivalente pagante apresentou crescimento de 12,0% em 2023.

Tarifa Média (em R\$)	2023	2022	Var.
Ecoponte	6,07	5,42	12,0%

Em agosto de 2023, foi aplicado o reajuste das tarifas de pedágio da Ecoponte com aumento de 4,15% devido à variação do IPCA e à incidência dos Fatores D, C e Q. O Fator C considerou o saldo restante (80% do montante total) do reequilíbrio decorrente dos impactos causados pela pandemia por Covid-19 entre março e dezembro de 2020 (+9,67%). A tabela abaixo apresenta os valores referentes às tarifas praticadas em cada praça de pedágio, por categoria de veículo em 31 de dezembro de 2023:

Valor da tarifa por praça de pedágio em (em R\$)						Categoria de veículo							
Praça de Pedágio	Cobrança	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	Especial
1	R\$	6,20	12,40	9,30	18,60	12,40	24,80	31,00	37,20	3,10	43,40	49,60	55,80

**Lucro líquido:** Em 2023, a Ecoponte apresentou lucro líquido de R\$30,2 milhões, redução de R\$4,2 milhões em relação a 2022.

**Disponibilidade Financeira e Endividamento:** A Ecoponte encerrou dezembro de 2023 com saldo distribuído entre caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva de curto e longo prazo no montante de R\$70,5 milhões e dívida bruta, composta por financiamentos do BNDES e debêntures, no valor de R\$500,3 milhões, sendo 94,8% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com poder concedente era de R\$0,4 milhão e o saldo com passivo de arrendamento era de R\$7,7 milhões. A dívida líquida encerrou o ano em R\$429,8 milhões com o indicador de Dívida Líquida/EBITDA ajustado em 3,7x. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas nº13, 14, 15 e 17 das Demonstrações Financeiras.

Endividamento (em milhões de R\$)	31/12/2023	31/12/2022	Var.
<b>Curto Prazo</b>	<b>26,2</b>	<b>23,6</b>	<b>11,2%</b>
Debêntures	9,3	8,2	13,2%
Empréstimos e financiamentos	16,9	15,4	10,1%
<b>Longo Prazo</b>	<b>474,1</b>	<b>482,0</b>	<b>-1,7%</b>
Debêntures	265,1	259,3	2,3%
Empréstimos e financiamentos	208,9	222,8	-6,2%
<b>Dívida Bruta¹</b>	<b>500,3</b>	<b>505,6</b>	<b>-1,1%</b>
Obrigações com Poder Concedente	0,4	0,4	4,2%
Passivo de Arrendamento	7,7	1,0	n.m.
<b>Endividamento Bruto</b>	<b>508,3</b>	<b>507,0</b>	<b>0,3%</b>
Caixa e equivalentes de caixa + Aplic. Financeiras e Conta Reserva	70,5	164,8	-57,2%
<b>Endividamento Líquido</b>	<b>437,8</b>	<b>342,2</b>	<b>27,9%</b>
<b>Dívida Líquida¹</b>	<b>429,8</b>	<b>340,8</b>	<b>26,1%</b>

¹ Exclui obrigações com Poder Concedente e Arrendamentos a Pagar

**Investimentos:** Os investimentos totalizaram R\$38,5 milhões em 2023.

CAPEX (em milhões de R\$)	2023		
	Intangível/Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Ecoponte	26,8	11,7	38,5

CAPEX (em milhões de R\$)	2023	2022	2021
	Hardware e equipamentos de pedágio	3,7	0,9
Máquinas e equipamentos	2,5	0,4	0,1
Contrato de concessão	16,2	9,9	13,4
Intangível em andamento	15,9	21,3	125,3
Software de terceiros	0,1	0,2	0,2
<b>Total</b>	<b>38,5</b>	<b>32,7</b>	<b>139,7</b>

A tabela abaixo demonstra os investimentos acumulados desde o início da concessão.

Investimentos (em milhões de R\$)	2023	2022	Acumulado até 2021
Intangível	32,2	31,4	836,9
Imobilizado	6,2	1,3	17,8
<b>Total</b>	<b>38,5</b>	<b>32,7</b>	<b>854,7</b>

**Valor Adicionado:** Em 2023, o valor adicionado líquido gerado como riqueza atingiu R\$116,9 milhões, isto é, 56,9% de representatividade em relação à receita operacional bruta e 3,8 p.p. inferior ao ano anterior, quando o valor adicionado foi de R\$114,9 milhões e a representatividade de 60,7%.

Demonstração do Valor Adicionado (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Valor adicionado líquido	116,9	114,9	1,8%
Receita operacional bruta	205,6	189,4	8,6%
Representatividade	56,9%	60,7%	-3,8 p.p.

O valor distribuído de ISS (Imposto Sobre Serviço) para as prefeituras em 2023 foi de R\$9,2 milhões.

Impostos Municipais repassados (em milhões de R\$)	2023	2022	Acumulado até 2021
ISS - Imposto Sobre Serviço	9,2	8,1	48,1

**Dividendos e Juros sobre capital próprio:** Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram distribuídos R\$115,707 à título de dividendos e juros sobre o capital próprio. Para mais informações vide Nota Explicativa nº 21 das demonstrações financeiras da Companhia. **Planejamento e Gestão empresarial:** O êxito que as Concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor de transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial. Em 2023, as atividades relacionadas com a gestão pela qualidade total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade de gestão ISO 9001:2015, 5S e eventos relacionados com o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios. **Recursos Humanos:** Em 2023, a Companhia investiu R\$72,8 mil (R\$72,7 mil em 2022) em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Companhia a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais. Os funcionários alocados na operação da concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados em 31 de dezembro de 2023. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000.

Funcionários alocados na concessão		
Descrição do Cargo	Qtde	(Qtde/VDMA)*10.000
Gerente de tráfego	1	0,13
Analista de tráfego	1	0,13
Líder de Operações Rodoviárias	4	0,51
Operador de tráfego	9	1,15
Auxiliar de CCO	4	0,51
Assistente operacional	1	0,13
Guincho leve	40	5,10
Guincho pesado	14	1,78
Médico	12	1,53
Resgatista	54	6,88
Enfermeiro	8	1,02
<b>Total de Pessoal - Operacional</b>	<b>148</b>	<b>18,9</b>
Coordenador de pedágio	1	0,1
Controlador de pedágio	4	0,5
Supervisor de pedágio	1	0,1
Analista de pedágio	3	0,3
Arrecadador	105	13,4
Assistente de pedágio	5	0,9
<b>Total de Pessoal - Pedágio</b>	<b>119</b>	<b>15,3</b>
<b>Total de Pessoal - Concessionária</b>	<b>267</b>	<b>34,17</b>

**Introdução:** A Administração da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Companhia:** A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Ecoponte" ou "Companhia"), foi constituída em 24 de março de 2015, e tem por objeto social a exploração de concessão rodoviária da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) – Entr. RJ-071 (Linha Vermelha), "Ponte Rio-Niterói", mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. A sede da Companhia fica localizada na Travessa Mário Neves, nº 1, Ilha da Conceição, Niterói/RJ. Em 18 de maio de 2015, a Ecoponte assinou o contrato de concessão para a exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, no prazo de 30 anos, a contar de 1º de junho de 2015. **Destaques operacionais e financeiros:** O volume de tráfego atingiu 28.865 mil veículos equivalentes pagantes em 2023 (+0,8%). A receita líquida atingiu R\$189,6 milhões em 2023 (+8,2%). A receita líquida ajustada (excluindo a receita de construção) totalizou R\$169,2 milhões em 2022 (+13,1%). O EBITDA ajustado² totalizou R\$115,1 milhões em 2023 (+15,7%) e a margem EBITDA ajustada², 68,0%.

Destaques (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Volume de tráfego¹	28.865	28.629	0,8%
Tarifa Média	6,07	5,42	12,0%
Receita líquida	189,6	175,2	8,2%
EBITDA Ajustado²	115,1	99,4	15,7%
Margem EBITDA Ajustada²	68,0%	66,5%	1,5 p.p.
Capex	38,5	32,7	17,5%

¹ Em milhares de veículos equivalentes pagantes.  
² Exclui receita e custo de construção e provisão para manutenção.

**Volume de tráfego:** O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 28.865 mil em 2023, aumento de 0,8% em relação aos 28.629 mil de 2022. O tráfego de veículos leves apresentou aumento de 1,0% e o tráfego de veículos pesados apresentou redução de 0,1%.

Valor da tarifa por praça de pedágio em (em R\$)						Categoria de veículo							
Praça de Pedágio	Cobrança	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	Especial
1	R\$	6,20	12,40	9,30	18,60	12,40	24,80	31,00	37,20	3,10	43,40	49,60	55,80

**Receita bruta:** A receita bruta totalizou R\$205,6 milhões em 2023, aumento de 8,6% em relação ao ano anterior devido, principalmente, ao crescimento do tráfego de veículos e ao reajuste das tarifas de pedágio. As deduções sobre a receita bruta somaram R\$16,1 milhões, aumento de 13,6% em relação a 2022. **Receitas de Pedágio:** R\$175,4 milhões em 2023, aumento de 12,9%, devido, principalmente, ao crescimento do tráfego de veículos e reajuste das tarifas de pedágio. **Receitas Acessórias:** R\$9,8 milhões em 2023, aumento de 17,9%, em função dos contratos do uso da faixa de domínio. **Receita de Construção:** R\$20,4 milhões em 2023, redução de 20,5%, devido ao menor volume de obras no período.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Receitas de Pedágio	175,4	155,4	12,9%
Receitas Acessórias	9,8	8,3	17,9%
Receita de Construção	20,4	25,6	-20,5%
<b>Total</b>	<b>205,6</b>	<b>189,4</b>	<b>8,6%</b>

O quadro abaixo demonstra a receita bruta da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor da receita acumulada desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$2.063,7 milhões correspondente à receita obtida com pedágios e outras fontes de receitas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2023. Para mais informações sobre Receita Líquida, vide Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2023	2022	Acumulado até 2021
Receitas de Pedágio	175,4	155,4	911,4
Receitas Acessórias	9,8	8,3	62,3
Receita de Construção	20,4	25,6	695,0
<b>Total</b>	<b>205,6</b>	<b>189,4</b>	<b>1.668,7</b>

**Custos e despesas operacionais:** Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$109,0 milhões em 2023, aumento de 18,8% em relação a 2022. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$54,1 milhões, aumento de 7,5%. As principais variações foram:

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Pessoal	19,8	17,0	16,9%
Conservação e manutenção	6,5	6,2	5,7%
Serviços de terceiros	13,9	15,5	-10,4%
Seguros, Poder Concedente e locações	8,4	6,3	33,1%
Outros	5,5	5,4	2,0%
<b>Custos caixa</b>	<b>54,1</b>	<b>50,3</b>	<b>7,5%</b>
Depreciação e amortização	28,9	19,7	46,9%
Provisão para manutenção	5,5	(3,9)	n.m.
Custo de construção de obras	20,4	25,6	-20,5%
<b>TOTAL</b>	<b>109,0</b>	<b>91,8</b>	<b>18,8%</b>

**Pessoal:** R\$19,8 milhões em 2023, aumento de 16,9%, devido, principalmente, ao reajuste salarial, conforme acordo coletivo de trabalho. **Conservação e Manutenção:** R\$6,5 milhões em 2023, aumento de 5,7%, principalmente em função dos custos com conservação de revestimento vegetal. **Serviços de terceiros:** R\$13,9 milhões em 2023, redução de 10,4%, devido, a contabilização dos novos contratos de serviços de ambulâncias, conforme as normas do CPC 06 / IFRS-16. **Seguros, Poder Concedente e Locações:** R\$8,4 milhões em 2023, aumento de 33,1%, devido, principalmente, ao incremento do RDT – Recursos para Desenvolvimento Tecnológico do poder concedente (projeto de P&D de sistema multi-lane free flow). **Outros:** R\$5,5 milhões em 2023, estável em relação ao ano anterior. **Depreciação e Amortização:** R\$28,9 milhões em 2023, aumento de 46,9% devido a maior base de ativos e adequação da curva de tráfego. **Provisão para manutenção:** R\$5,5 milhões em 2023, aumento de R\$9,4 milhões devido à adequação do cronograma para ciclos futuros de manutenção. **Custo de construção:** R\$20,4 milhões em 2023, redução de 20,5%, devido ao menor volume de obras no período. O quadro abaixo demonstra os custos operacionais e despesas administrativas da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor acumulado desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$1.366,6 milhões corresponde aos custos operacionais e despesas administrativas desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2023.

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	2023	2022	Acumulado até 2021
Custos	109,0	91,8	1.165,8

Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

**EBITDA:** Em 2023, o EBITDA¹ totalizou R\$109,5 milhões. O EBITDA ajustado³, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$115,1 milhões, aumento de 15,7% em relação a 2022, e margem EBITDA Ajustada² de 68,0%.

EBITDA (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Lucro líquido	30,2	34,4	-12,1%
Depreciação e amortização	28,9	19,7	46,9%
Resultado Financeiro	39,4	33,8	16,4%
Imposto de renda e contribuição social	11,0	15,4	-28,5%
Receita de Construção	20,4	25,6	-20,5%
Custo de Construção	(20,4)	(25,6)	-20,5%
<b>EBITDA¹</b>	<b>109,5</b>	<b>103,3</b>	<b>6,0%</b>
Provisão para manutenção²	5,5	(3,9)	n.m.
<b>EBITDA Ajustado³</b>	<b>115,1</b>	<b>99,4</b>	<b>15,7%</b>
<b>Margem EBITDA Ajustada²</b>	<b>68,0%</b>	<b>66,5%</b>	<b>1,5 p.p.</b>

¹ Cálculo realizado de acordo com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022

² A provisão para manutenção é ajustada, pois se refere a estimativa de gastos futuros com manutenção periódica na rodovia.

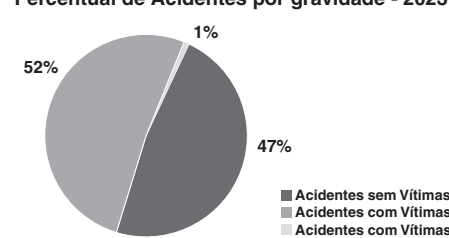
³ Exclui receita e custo de construção e provisão para manutenção.

**Resultado financeiro:** O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$39,4 milhões, o que representa um aumento de R\$5,5 milhões em relação aos R\$33,8 milhões negativos em 2022. Essa variação ocorreu devido, principalmente, a redução das receitas de aplicações financeiras e dos juros capitalizados.

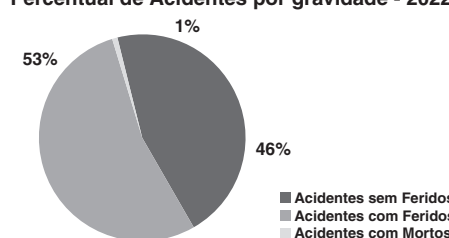
Resultado Financeiro (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Juros sobre debêntures	(12,5)	(12,3)	1,4%
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(21,4)	(22,3)	-3,7%
Varição monetária sobre debêntures	(13,0)	(15,4)	-16,0%
Varição monetária sobre empréstimos e financiamentos	(2,3)	(1,8)	30,4%
Amortização de custos sobre debêntures	(1,4)	(1,4)	0,1%
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(1,6)	(2,3)	-31,8%
Juros Capitalizados	0,7	4,8	-85,0%
Receitas de aplicações financeiras	14,0	18,5	-24,3%
Outros efeitos financeiros	(2,0)	(1,7)	16,0%
<b>TOTAL</b>	<b>(39,4)</b>	<b>(33,8)</b>	<b>16,4%</b>

**Indicadores Operacionais: Segurança no Trânsito:** *Acidentes:* Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

**Percentual de Acidentes por gravidade - 2023**

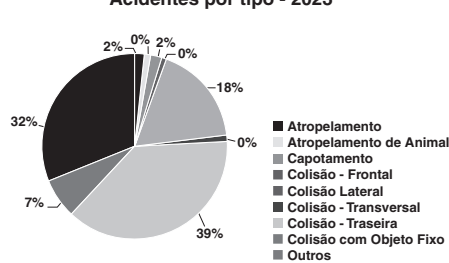


**Percentual de Acidentes por gravidade - 2022**

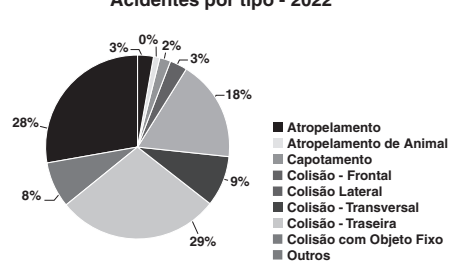


A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

**Acidentes por tipo - 2023**



**Acidentes por tipo - 2022**



**Dados de Operação da Concessão**

**Veículos Alocados:** Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Companhia na operação da concessão no ano de 2023. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise. O resultado é apresentado em Qtde/100 km.

Veículos aplicados na concessão		
Tipo de veículo	Qtde	Qtde/100 km</

**CONCESSIONÁRIA PONTE RIO-NITERÓI S.A. - ECOPEPTE**  
CNPJ/MF nº 22.163.297/0001-49 - NIRE 33.300.315.993

Balanço Social							Total de horas extras trabalhadas			Total de horas extras pagas		
1 - Base de cálculo		2023		2022								
		Valor em R\$ mil		Valor em R\$ mil								
Faturamento Bruto		205.647		189.351		20.613		26.655				
Receita líquida (RL)		189.578		175.211		330.681		272.278				
Resultado Operacional (RO)		80.605		83.641		2.488		2.310				
Folha de Pagamento bruta (FPB)		19.835		16.967		776		767				
Folha de pagamento bruta - Total remunerações prestadoras de serviços		19.835		16.967		279		113				
		0		0		0		0				
		0		0		0		0				
		0		0		1.647		5.073				
		0		0		411		2.510				
		0		0		94		146				
		0		0		575		898				
		0		0		9.243		8.129				

2 - Indicadores sociais internos							6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
		Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL		
Alimentação		1.989	12%	1%	1.934	11%	1%	Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	
Encargos sociais		3.264	19%	2%	3.077	18%	2%	32,68%	
Previdência privada		256	2%	0%	165	1%	0%	Número total de acidentes de trabalho	
Saúde		2.477	15%	1%	2.037	12%	1%	13	
Segurança e Saúde no trabalho		27	0%	0%	41	0%	0%	Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	
Educação		29	0%	0%	46	0%	0%	( ) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores	
Cultura		0	0%	0%	0	0%	0%	( ) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores	
Capacitação e desenvolvimento profissional		73	0%	0%	73	0%	0%	Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por	
Creches ou auxílio creche		29	0%	0%	21	0%	0%	( ) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores	
Participação nos lucros ou resultados		1.331	8%	1%	515	3%	0%	( ) todos + CIPA ( ) todos + CIPA	
Outros		0	0%	0%	0	0%	0%	Quanto a liberalidade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária	
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>		<b>9.475</b>	<b>56%</b>	<b>5%</b>	<b>7.909</b>	<b>47%</b>	<b>5%</b>	( ) não se envolve (X) segue as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT	

3 - Indicadores sociais externos							
		Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Educação		12	0%	0%	0	0%	0%
Cultura		0	0%	0%	0	0%	0%
Saúde e saneamento		11	0%	0%	0	0%	0%
Esporte		0	0%	0%	0	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar		6	0%	0%	57	0%	0%
Outros		24	0%	0%	5	0%	0%
<b>Total de contribuições à sociedade</b>		<b>53</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>62</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>
Tributos (Exceto encargos sociais)		0	0%	0%	0	0%	0%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>		<b>53</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>62</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>

4 - Indicadores ambientais							
		Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária		131	1%	0%	152	1%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos		2.807	17%	2%	727	4%	0%
<b>Total de investimentos em meio ambiente</b>		<b>2.938</b>	<b>17%</b>	<b>2%</b>	<b>879</b>	<b>5%</b>	<b>1%</b>

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária

( ) Não possui metas ( ) Não possui metas  
( ) Cumpre de 0 a 50% ( ) Cumpre de 0 a 50%  
( ) Cumpre de 50 a 75% ( ) Cumpre de 50 a 75%  
(X) Cumpre de 75 a 100% (X) Cumpre de 75 a 100%

5 - Indicadores do corpo funcional							
		232			235		
		8% até seis meses			9% até seis meses		
Nº de colaboradores ao final do período		4% de seis meses a um ano			2,6% de seis meses a um ano		
Tempo de serviço		12% entre um e dois anos			15,6% entre um e dois anos		
		19% entre dois e cinco anos			19,6% entre dois e cinco anos		
		56% mais de cinco anos			53,2% mais de cinco anos		

Nº de admissões durante o período			Nº de demissões durante o período		
	34	33		40	32
Nº de colaboradores terceirizados	218	63		1	1
Nº de estagiários (as)	1	1		0	0
Nº de colaboradores com até 18 anos	0	1		28	35
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	147	152		147	152
Nº de colaboradores acima de 45 anos	57	47		83	83
Nº de mulheres que trabalham na Conc.	0,0	0,0		0,0	0,0
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	3.310.950	2.644.036		122	110
Remuneração paga a mulheres no período	0	0		0	0
Nº de negros(as) que trabalham na Concessionária	8	9		0	0
% de cargos gerenciais ocupados por negros				0	0
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais				8	9

**Relacionamento com os auditores independentes:** Informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., foi contratada para prestação dos seguintes serviços no exercício de 2022: (i) Serviços relacionados à auditoria externa: (i.a) Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); (i.b) Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity); (ii) Serviços não relacionados à auditoria externa: (ii.a) Serviços Previamente Acordados para emissão de relatório de apuração do ICSD ("Índice de Cobertura do Serviço da Dívida"), ICSD projetado e da Relação entre o Patrimônio Líquido Ajustado/Passivo Total da Companhia para a data-base de 31 de dezembro de 2022. A prestação dos serviços contratados não relacionados à auditoria externa, estão de acordo com a Política de Contratação de Auditoria Externa aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, e não caracterizam conflito de interesse ou perda de independência e objetividade de seus auditores independentes. Os honorários pagos no exercício de 2023 totalizaram R\$203,7 mil e o valor dos honorários não relacionados à auditoria externa perfazem R\$66,0 mil, representando 47,9% em relação aos honorários relativos aos serviços de auditoria externa no exercício de 2023.

**Declaração da diretoria:** A Diretoria da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte, declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Niterói - RJ, 13 de março de 2024.

**A Administração**

Balanço Patrimonial levantado em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$)									
		Nota explicativa 31/12/2023		31/12/2022		Nota explicativa 31/12/2023		31/12/2022	
<b>Ativo Circulante</b>									
Caixa e equivalentes de caixa	5	27.562	122.682			7.512	5.590		
Aplicações financeiras	6	7.708	6.133			16.928	15.374		
Aplicações financeiras - conta reserva	7	6.227	6.982			9.312	8.224		
Clientes	8	11.816	9.230			2.865	293		
Tributos a recuperar		181	967						
Despesas antecipadas		1.035	2.001			2.155	2.016		
Partes relacionadas	16	24				3.465	2.650		
Outros créditos		1.730	881			16	1.890		
Total do ativo circulante		<u>56.283</u>	<u>148.876</u>			<u>50.042</u>	<u>48.958</u>		
<b>Ativo Não Circulante</b>									
Aplicações financeiras - conta reserva	7	29.051	29.010			13	208.931		222.760
Depósitos judiciais	9	1.102	1.058			14	265.146		259.282
Imobilizado	10	10.487	6.912			15	4.786		736
Intangível	11	616.754	613.458			12.a)	7.959		6.345
Total do ativo não circulante		<u>657.394</u>	<u>650.438</u>			<u>502.902</u>	<u>510.187</u>		
<b>Total de ativo</b>		<u>713.677</u>	<u>799.314</u>			<u>713.677</u>	<u>799.314</u>		

Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
		Nota explicativa 31/12/2023		31/12/2022	
<b>Receita líquida</b>		22	189.578		175.211
Custo dos serviços prestados		23	(93.607)		(77.704)
<b>Lucro Bruto</b>			95.971		97.507
Despesas gerais e administrativas		23	(15.366)		(14.051)
Outras receitas (despesas), líquidas			-		185
<b>Lucro Operacional</b>			80.605		83.641
<b>Receitas financeiras</b>			14.165		18.700
Despesas financeiras		24	(53.542)		(52.540)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		24	(39.377)		(33.840)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>			41.228		49.801
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		12	(11.042)		(15.446)
<b>Lucro líquido do exercício</b>			30.186		34.355
<b>Lucro líquido por ação - básico e diluído (em reais)</b>			0,20483		0,23312

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$)					
		31/12/2023		31/12/2022	
<b>Lucro líquido do exercício</b>		30.186	34.355		
<b>Outros componentes do resultado abrangente</b>		-	-		
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<u>30.186</u>	<u>34.355</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$)					
		31/12/2023		31/12/2022	
<b>Receitas</b>					
Com arrecadação de pedágio		175.425	155.385		
Com construção		20.381	25.621		
Outras receitas		9.840	8.345		
<b>Total</b>		<u>205.646</u>	<u>189.351</u>		

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$)									
		31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022	
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>									
Lucro líquido do exercício		30.186	34.355			1.922	(1.290)		
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:						815	22		
Depreciações e amortizações		28.944	19.702			(1.136)	(5.832)		
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível		16	19			139	443		
Capitalização de juros		(713)	(4.764)			(139)	(38)		
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos		51.438	53.222						
Provisão e atualização monetária para perdas cíveis		172	14						
Provisão e atualização monetária da provisão para manutenção e construção de obras		7.092	(1.608)			(11.701)	(7.817)		
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD		273	45			5.771	(4.032)		
Obrigações com poder concedente		5.786	4.070			949	1.859		
Atualização monetária dos depósitos judiciais		(45)	(43)			(10.585)	(9.732)		
Tributos diferidos		1.614	4.509			101.709	84.863		
Provisão para imposto de renda e contribuição social		9.428	10.937						
Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva		(4.996)	(4.564)						
Variação nos ativos operacionais:									
Clientes		(2.859)	(2.888)						
Partes relacionadas - clientes		(24)	28						
Tributos a recuperar		786	(159)						
Despesas antecipadas		966	(1.213)						
Depósitos judiciais		1	-						
Outros créditos		(849)	(382)						
<b>Total</b>		<u>713.677</u>	<u>799.314</u>			<u>174.916</u>	<u>(49.544)</u>		

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$)					
		31/12/2023		31/12/2022	
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>					
Aquisição de imobilizado		(6.223)	(1.342)		
Aquisição de intangível		(19.825)	(18.815)		
Aplicações financeiras		(1.575)	1.284		
Aplicações financeiras - conta reserva		5.710	(1.452)		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(21.913)	(20.325)		
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>					
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(115.707)	(4.069)		
Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos		(24.646)	(19.298)		
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos		(34.563)	(35.509)		
Captação de empréstimos e financiamentos		-	9.332		
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		(174.916)	(49.544)		
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes</b>		<u>(95.120)</u>	<u>14.994</u>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		122.682	107.688		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		<u>27.562</u>	<u>122.682</u>		

**CONCESSIONÁRIA PONTE RIO-NITERÓI S.A. - ECOPEPONTE**  
CNPJ/MF nº 22.163.297/0001-49 - NIRE 33.300.315.993

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Atribuível aos acionistas da Companhia							Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reservas de capital		Reservas de lucros			Lucros acumulados		
			Plano de opção com base em ações	Legal	Orçamento de capital	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados			
<b>Em 1º de janeiro de 2022</b>		147.368	146	9.284	57.175	-	-	-	213.973	
Lucro Líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	34.355	34.355	
Destinação do lucro:										
Reserva legal	21.d)	-	-	1.718	-	-	-	(1.718)	-	
Constituição de reserva - orçamento de capital	21.d)	-	-	-	24.478	-	-	(24.478)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,03 por ação)	21.d)	-	-	-	-	-	-	(4.159)	(4.159)	
Juros sobre capital próprio	21.d)	-	-	-	-	-	-	(4.000)	(4.000)	
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>		147.368	146	11.002	81.653	-	-	-	240.169	
<b>Em 1º de janeiro de 2023</b>		147.368	146	11.002	81.653	-	-	-	240.169	
Reversão orçamento capital - pagamento dividendos		-	-	-	(81.653)	-	-	-	(81.653)	
Lucro Líquido do período		-	-	-	-	-	-	30.186	30.186	
Destinação do lucro:										
Reserva legal	21.d)	-	-	1.509	-	-	-	(1.509)	-	
Juros sobre capital próprio (R\$0,06 por ação)	21.d)	-	-	-	-	-	-	(8.927)	(8.927)	
Dividendos intermediários pagos	21.d)	-	-	-	-	-	-	(19.042)	(19.042)	
Dividendo adicional proposto	21.d)	-	-	-	-	-	708	(708)	-	
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>		147.368	146	12.511	-	-	708	-	160.733	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Ecoponte" ou "Companhia"), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 24 de março de 2015, e tem por objeto social realizar, sob o regime de concessão, a exploração, nos termos e limites do Contrato de Concessão referente ao Edital de concessão nº 01/2015, da infraestrutura e da prestação do serviço público de operação, manutenção, monitoração, conservação e implantação de melhorias da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha), "Ponte Rio-Niterói", incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, assinado em 18 de maio de 2015, possui prazo final em 31 de maio de 2045. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota 17.a). A sede da Companhia fica localizada na Travessa Mário Neves, nº 1, Bairro Ilha da Conceição, no município de Niterói-RJ. As ações da Companhia são de titularidade da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona - Itália. As ações da Companhia não são negociadas em Bolsa de Valores, entretanto, a Companhia possui registro na categoria "B", na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Em 12 de março de 2024, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão de destas demonstrações financeiras. a) Visão ASG - Ambiental, Social e Governança (ESG - Environmental, Social and Governance na sigla em Inglês): Com o objetivo de trabalhar os temas ESG e contribuir com a Sustentabilidade do nosso negócio, o Grupo EcoRodovias, aprovou a sua Agenda ESG 2030, no Conselho de Administração. Dentro dessa agenda, o Grupo EcoRodovias traça diversos compromissos, incluindo o pilar de estratégia climática, relacionada a mitigação das emissões dos gases de efeito estufa. Para maiores informações vide o Relatório Integrado 2023 da EcoRodovias. O objetivo do Grupo EcoRodovias é reduzir em 42% suas emissões de gases de efeito estufa dos escopos 1 e 2 até 2030 com relação ao ano de 2020 e em 11% as emissões de escopo 3 em relação a 2021. Para atingir essa meta, o Grupo EcoRodovias trabalhou para estabelecer os alicerces de um plano de descarbonização. Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 (aquisição de energia elétrica) que porventura não puderam ser eliminadas por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos. Outro compromisso da Agenda ESG 2030 é com relação à adaptação do Grupo EcoRodovias às mudanças climáticas. Nesse tópico, o Grupo EcoRodovias já realizou estudos com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos no médio e longo prazo (anos de 2030 e 2050). Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados no estudo, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda da receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos, custos diretos para saneamento do evento, seguros, processos jurídicos e de multas), no caso da Companhia não adotar medidas de adaptação. Os estudos serão atualizados no ano de 2024 com o objetivo de incluir os riscos de transição nas análises, bem como as medidas de adaptação já implementadas. Os resultados desses trabalhos são incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura. b) Conflito entre Rússia e Ucrânia: Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições à exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, não afetam os negócios da Companhia. c) Reforma tributária sobre o consumo: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. d) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identifica-las e esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. • Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. • Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. As alterações mencionadas acima não causaram impactos materiais para a Companhia.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS"), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

**3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS**

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. a) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente

atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos financeiros: Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. Classificação dos ativos financeiros: Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custo amortizado: O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicado a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "Receitas financeiras" (Nota 24). Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descaimento contábil. Redução do valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Passivos financeiros: Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Desreconhecimento: Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução ao valor recuperável de ativos específicos: Ativos intangíveis: O Contrato de Concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e equilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicadores (internos ou externos) de impairment descritos na Nota 11.e, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. c) Provisões gerais: As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras com a transação em questão. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. e) Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures: Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados em despesa no período em que são incorridos. f) Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão: Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente com base em cada Contrato de Concessão. A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de trânsitos na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI): no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente, transação a transação. g) Arrendamento: A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamento com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC da Companhia (Weighted Average Cost of Capital - WACC na sigla em inglês). h) Novas normas e interpretações revisadas emitidas e ainda não vigentes: As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento

Contábeis (CPC). • Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu uma alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alteração ao IFRS 16 - "Arrendamentos": a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação": a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs; (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b (i). (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração entra em vigor em 1º de janeiro de 2024. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. i) Lucro básico e diluído por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição. j) Benefícios a empregados - Plano de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. k) Demonstração do valor adicionado (DVA): A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. l) Participação nos lucros: A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes, ao EBITDA (Earnings Before Income Taxes, Depreciation and Amortization), e metas individuais de cada colaborador. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (contractive obligation).

**4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS**

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período financeiro, estão contemplados a seguir: • Taxa de desconto: A determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos; • Taxa de amortização: A determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; • Provisões: A determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas civis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e • Impairment: Atualmente, a Administração testa eventuais perdas (impairment), de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.b. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orientadas por dados da administração (Nota 11.e). Contabilização do Contrato de Concessão: Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis: A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de benefício econômico futuro / receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão. Determinação das receitas de construção: A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do poder concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas

continua



**CONCESSIONÁRIA PONTE RIO-NITERÓI S.A. - ECOPEPTE**

CNPJ/MF nº 22.163.297/0001-49 - NIRE 33.300.315.993

continuação

ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta a prática de mercado das empresas de concessão rodoviária. **Capitalização dos custos dos empréstimos:** Conforme descrito na Nota 3.e, a Companhia capitaliza os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, no encerramento de cada mês. **Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos:** A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue: a) Provisão para construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 8,65% ao ano (8,67% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base o Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital - WACC* na sigla em inglês), calculado por consultoria externa e corroborado pela administração da Companhia.

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

**Política contábil:** A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos.....	2.545	3.101
Equivalentes de caixa:		
Fundo de investimento (a) .....	23.297	119.285
Aplicações automáticas (b).....	1.720	296
	<u>27.562</u>	<u>122.682</u>

(a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor. Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2023 a carteira do Fundo de aplicações financeiras era composta por 75,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 24,9% aplicações em Cotas de Fundo. Em 31 de dezembro de 2022 a carteira do Fundo de aplicações financeiras era composta por 95,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 4,9% aplicações em Cotas de Fundo. As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 102,8% em 31 de dezembro de 2023 (Em 31 de dezembro de 2022 era 103,4%) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (b) A Companhia possui aplicações automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI. A Companhia mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

**6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	31/12/2023	31/12/2022
Cotas fundo - BTG CDB Plus (a).....	7.553	6.133
Cotas fundo - FIDC_ECO (b) .....	155	-
	<u>7.708</u>	<u>6.133</u>

(a) Em 31 de dezembro 2023 e 31 de dezembro de 2022, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de fundo emitido pelo Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB Plus), remunerado à taxa média ponderada de 102,8% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), (103,4% em 31 de dezembro de 2022), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possui Liquidez Diária. (b) Em 31 de dezembro 2023, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo de Direitos Creditórios do Grupo Ecorodovias com gestão e administração do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo FIDC\_ECO), remunerado à taxa média ponderada de 102,8% do CDI, vinculada ao fundo de investimento.

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Taxa anual de depreciação - % .....	20,0	10,0	10,0	25,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - % .....	11,9	9,9	10,0	21,2	-

CUSTO					
Saldos em 31/12/2022.....	9.886	4.009	1.019	2.347	17.261
Adições.....	3.728	221	11	2.263	6.223
Transferências .....	-	(43)	-	43	-
Saldos em 31/12/2023.....	<u>13.614</u>	<u>4.187</u>	<u>1.030</u>	<u>4.653</u>	<u>23.484</u>

DEPRECIÇÃO					
Saldos em 31/12/2022.....	(6.127)	(2.259)	(550)	(1.413)	(10.349)
Adições.....	(1.396)	(402)	(102)	(748)	(2.648)
Saldos em 31/12/2023.....	<u>(7.523)</u>	<u>(2.661)</u>	<u>(652)</u>	<u>(2.161)</u>	<u>(12.997)</u>

RESIDUAL					
Em 31/12/2023 .....	6.091	1.526	378	2.492	10.487
Em 31/12/2022 .....	3.759	1.750	469	934	6.912

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Taxa anual de depreciação - % .....	20,0	10,0	10,0	25,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - % .....	12,4	9,9	10,0	17,1	-

CUSTO					
Saldos em 31/12/2021.....	8.952	3.960	998	2.009	15.919
Adições.....	934	49	21	338	1.342
Saldos em 31/12/2022.....	<u>9.886</u>	<u>4.009</u>	<u>1.019</u>	<u>2.347</u>	<u>17.261</u>

DEPRECIÇÃO					
Saldos em 31/12/2021.....	(4.958)	(1.865)	(449)	(1.040)	(8.312)
Adições.....	(1.169)	(394)	(101)	(373)	(2.037)
Saldos em 31/12/2022.....	<u>(6.127)</u>	<u>(2.259)</u>	<u>(550)</u>	<u>(1.413)</u>	<u>(10.349)</u>

RESIDUAL					
Em 31/12/2022 .....	3.759	1.750	469	934	6.912
Em 31/12/2021 .....	3.994	2.095	549	969	7.607

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de qualquer natureza. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

**11. INTANGÍVEL**

**Política contábil:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

	Contratos de concessão (a)	Intangível em andamento (c)	Softwares de terceiros	Direito de uso - CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - % .....	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - % .....	(b)	-	6,7	(d)	-

CUSTO					
Saldos em 31/12/2022.....	663.742	23.680	2.795	1.792	692.009
Adições.....	4.509	15.890	139	9.070	29.608
Baixas.....	-	(16)	-	-	(16)
Transferências .....	27.409	(27.409)	-	-	-
Saldos em 31/12/2023.....	<u>695.660</u>	<u>12.145</u>	<u>2.934</u>	<u>10.862</u>	<u>721.601</u>

AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2022.....	(75.419)	-	(2.342)	(790)	(78.551)
Adições.....	(23.327)	-	(193)	(2.776)	(26.296)
Saldos em 31/12/2023.....	<u>(98.746)</u>	<u>-</u>	<u>(2.535)</u>	<u>(3.566)</u>	<u>(104.847)</u>

RESIDUAL					
Em 31/12/2023 .....	596.914	12.145	399	7.296	616.754
Em 31/12/2022 .....	588.323	23.680	453	1.002	613.458

	Contratos de concessão (a)	Intangível em andamento (c)	Softwares de terceiros	Direito de uso - CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - % .....	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - % .....	(b)	-	7,6	(d)	-

CUSTO					
Saldos em 31/12/2021.....	496.158	168.222	2.598	1.022	668.000
Adições.....	2.079	21.293	197	770	24.339
Baixas.....	(312)	(18)	-	-	(330)
Transferências .....	165.817	(165.817)	-	-	-
Saldos em 31/12/2022.....	<u>663.742</u>	<u>23.680</u>	<u>2.795</u>	<u>1.792</u>	<u>692.009</u>

AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2021.....	(58.285)	-	(2.138)	(463)	(60.886)
Adições.....	(17.134)	-	(204)	(327)	(17.665)
Saldos em 31/12/2022.....	<u>(75.419)</u>	<u>-</u>	<u>(2.342)</u>	<u>(790)</u>	<u>(78.551)</u>

RESIDUAL					
Em 31/12/2022 .....	588.323	23.680	453	1.002	613.458
Em 31/12/2021 .....	437.873	168.222	460	559	607.114

a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária tais como melhorias na Alça Linha Vermelha, desapropriação da Alça Linha Vermelha e Av. Portuária e inspeções, reabilitação e recuperação em pavimentos e obras de artes especiais e infraestrutura para praças de pedágios. b) As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2023 foram de 3,36% a.a. (2,59% a. a. em 31 de dezembro de 2022). c) Refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, tais como obras da construção, melhorias e desapropriações da Alça de ligação Av. Portuária e Linha Vermelha e consultoria de apoio de obras de ampliação de obras de artes especiais. d) Amortização realizada conforme prazo de contrato de arrendamentos.

**7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONTA RESERVA - VINCULADOS**

As aplicações financeiras - conta reserva são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez:

	31/12/2023	31/12/2022
Fundo de investimento .....	35.278	35.992
	<u>35.278</u>	<u>35.992</u>
Circulante .....	6.227	6.982
Não circulante.....	29.051	29.010

Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa média de 98,8% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (98,7% em 31 de dezembro de 2022) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras - conta reserva - por estarem vinculadas ao processo de liquidação do financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Debêntures da Companhia como garantia de recursos de pagamento de juros e principal.

**8. CLIENTES**  
Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes de receitas acessórias. A composição está assim representada:

	31/12/2023	31/12/2022
Pedágio eletrônico (a).....	9.999	7.831
Receitas acessórias (b).....	2.059	1.472
Outras contas a receber (c).....	703	599
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (d).....	(945)	(672)
	<u>11.816</u>	<u>9.230</u>

a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão. c) Representados, substancialmente, por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio recebidas nas modalidades "cartão de débito" e "cartão de crédito". d) O valor das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro. O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer .....	11.576	9.189
Vencidos:		
Até 30 dias.....	281	86
De 31 a 90 dias .....	255	-
Acima de 120 dias.....	649	627
	<u>12.761</u>	<u>9.902</u>

A movimentação das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício.....	(672)	(627)
Valores recuperados.....	45	-
Constituição de PECLD.....	(318)	(45)
Saldo no fim do exercício .....	<u>(945)</u>	<u>(672)</u>

**9. DEPÓSITOS JUDICIAIS:** A natureza dos depósitos judiciais é:

	31/12/2023	31/12/2022
Natureza		
Cível .....	1.091	1.047
Trabalhista .....	11	11
	<u>1.102</u>	<u>1.058</u>

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem as quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas. As principais causas que resultaram nos depósitos judiciais descritos acima, estão divulgados na Nota 20 Provisão para perdas cíveis e trabalhistas.

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício.....	1.058	1.015
Baixas.....	(1)	-
Atualização monetária.....	45	43
Saldo no fim do exercício .....	<u>1.102</u>	<u>1.058</u>

**10. IMOBILIZADO**

**Política contábil:** O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Taxa anual de depreciação - % .....	20,0	10,0	10,0	25,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - % .....	11,9	9,9	10,0	21,2	-

CUSTO					
Saldos em 31/12/2021.....	8.952	3.960	998	2.009	15.919
Adições.....	934	49	21	338	1.342
Saldos em 31/12/2022.....	<u>9.886</u>	<u>4.009</u>	<u>1.019</u>	<u>2.347</u>	<u>17.261</u>

DEPRECIÇÃO					
Saldos em 31/12/2021.....	(4.958)	(1.865)	(449)	(1.040)	(8.312)
Adições.....	(1.169)	(394)	(101)	(373)	(2.037)
Saldos em 31/12/2022.....	<u>(6.127)</u>	<u>(2.259)</u>	<u>(550)</u>	<u>(1.413)</u>	<u>(10.349)</u>

RESIDUAL					
Em 31/12/2022 .....	3.759	1.750	469	934	6.912
Em 31/12/2021 .....	3.994	2.095	549	969	7.607

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de qualquer natureza. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

CUSTO					
Saldos em 31/12/2021.....	496.158	168.222	2.598	1.022	668.000
Adições.....	2.079	21.293	197	770	24.339
Baixas.....	(312)	(18)	-	-	(330)
Transferências .....	165.817	(165.817)	-	-	-
Saldos em 31/12/2022.....	<u>663.742</u>	<u>23.680</u>	<u>2.795</u>	<u>1.792</u>	<u>692.009</u>

AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2022.....	(75.419)	-	(2.342)	(790)	(78.551)
Adições.....	(23.327)	-	(193)	(2.776)	(26.296)
Saldos em 31/12/2023.....	<u>(98.746)</u>				

**CONCESSIONÁRIA PONTE RIO-NITERÓI S.A. - ECOPEL**

CNPJ/MF nº 22.163.297/0001-49 - NIRE 33.300.315.993

da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

**14. DEBÊNTURES**

A posição das debêntures está resumida a seguir:

Descrição	Vencimento	Taxa média de juros	31/12/2023	31/12/2022
1ª Emissão	10/2034	IPCA + 4,4% a.a.	274.458	267.506
			274.458	267.506
Circulante			9.312	8.224
Não circulante			265.146	259.282

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	267.506	257.708
Pagamento de juros	(12.529)	(13.563)
Pagamento de principal	(7.349)	(5.750)
Encargos financeiros (Nota 24)	26.830	29.111
Saldo no fim do exercício	274.458	267.506
Circulante	9.312	8.224
Não circulante	265.146	259.282

Em 19 de novembro de 2019, foi realizada a 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$230.000, que são atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 4,4% a.a., pagos anualmente a partir da data de emissão, o primeiro pagamento ocorreu em 15 de outubro de 2020 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2034. Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Parcela	Custo	Parcela	Custo
2024	-	-	7.791 (1.295)	6.496
2025	9.634 (1.266)	8.368	9.208 (1.260)	7.948
2026	11.117 (1.221)	9.896	10.625 (1.218)	9.407
2027	17.048 (1.166)	15.882	16.291 (1.165)	15.126
2028	19.296 (1.082)	18.214	18.416 (1.083)	17.333
a partir de 2028	216.599 (3.813)	212.786	206.829 (3.857)	202.972
	273.694 (8.548)	265.146	269.160 (9.878)	259.282

O contrato requer a manutenção de certos índices financeiros ("covenants"). Conforme demonstrado no quadro a seguir, a Companhia está adimplente com referidos índices:

Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Medido
1ª emissão	Patrimônio líquido Ajustado/Passivo total	≥ 20%	24%
	ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida	≥ 1,30x	1,93

A Companhia está adimplente com todas as cláusulas restritivas do referido contrato. Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida. O contrato de debênture da Companhia possui cláusula restritiva de "cross default" que estabelece a antecipação das dívidas na ocorrência do não cumprimento de obrigações contratuais da Companhia e de sua controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. Em 31 de dezembro de 2023, não houve evento de vencimento antecipado de dívida relacionado a esta cláusula

restritiva. A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Série	Data nominal	Valor com emissão	Valor líquido	Taxa de juros IPCA+	TIR
Série única	19/11/2019	230.000	(15.246)	214.754	4,4% a.a. 10,05%
		230.000	(15.246)	214.754	

**15. PASSIVO DE ARRENDAMENTO**

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:	7.651	1.029
Circulante	2.865	293
Não circulante	4.786	736

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo do início do exercício	1.029	534
Adições	9.070	770
Encargos financeiros (Nota 24)	843	65
Pagamento principal	(2.448)	(275)
Pagamento de juros	(843)	(65)
Saldo no fim do exercício	7.651	1.029

A companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Prazos	Taxa % a.a.
1 ano	8,91
2 anos	8,91
3 anos	8,95
4 anos	8,95
5 anos	8,95
6 anos em diante	8,95
Vencimento das prestações	31/12/2023 31/12/2022
Menos de 1 ano	3.397 398
Entre 1 e 2 anos	3.195 390
Entre 2 e 5 anos	2.123 389
Acima de 5 anos	288 408
Total valores não descontados	9.003 1.585
Total juros embutidos	(1.352) (556)
	7.651 1.029

**16. PARTES RELACIONADAS**

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, serviços de consultoria, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*). Em 31 de dezembro de 2023 os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Objeto	Companhia	Natureza	Contrato (se aplicável)			Montantes envolvidos			Outras informações						
			Data início	Data final	Total	Saldo Ativo	Saldo Passivo	Vencimento	Intangível	Garantias	Posição contratual				
a)	Ecorodovias Concessões e Serviços	Controladora Outras partes relacionadas	01/01/2023	31/03/2024	8.587	70	-	710	45 dias	-	4.523	3.554	440	N/A	Devedor
b)	Sinelec S.p.A	Controladora	19/01/2023	31/12/2024	1.237	553	-	-	45 dias	-	684	-	-	N/A	Devedor
c)	Ecorodovias Concessões e Serviços	Controladora	27/08/2019	31/10/2027	2.379	606	-	21	45 dias	-	148	-	-	N/A	Devedor
c)	Ecorodovias Concessões e Serviços	Controladora	29/08/2019	01/01/2027	2.220	564	24	-	45 dias	285	-	-	-	N/A	Credor
d)	Ecorodovias Concessões e Serviços	Controladora	-	-	-	-	-	23	45 dias	-	-	-	-	N/A	Devedor
	Total em 31 de dezembro de 2023					24	754			285	5.355	3.554	440		
	Total em 31 de dezembro de 2022					-	1.890			269	4.208	3.450	10.771		

a) Prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. b) Prestação de serviços referente às atividades de investigação e desenvolvimento, para conceber, implementar e montar site para teste de conceito (POC) de sistema *Multilane Freeflow Tolling (MLFF)*; c) Contrato de permissão de uso de faixa de domínio e locação de fibra óptica; d) Transferência de funcionários entre unidades. (a) Remuneração de administradores: Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados e plano de opções com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foram pagos valores a títulos de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2023 em R\$1.906. A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2024, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para R\$2.166, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras. A remuneração provisionada aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração (fixa/variável)	1.357	1.052
Remun. com base em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock)	240	(78)
Seguro de vida	3	3
Assistência saúde	127	47
Previdência privada	72	46
FGTS	81	55
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS)	286	195
	2.166	1.320

**17. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE**

	31/12/2023	31/12/2022
Parcelas:		
Taxa de fiscalização	370	355
	370	355
Circulante	370	355

A Companhia deverá recolher à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), ao longo de todo o prazo da concessão, a verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão, tendo início no primeiro mês após a data de Assunção da concessão. A verba anual de fiscalização, definida no Contrato de Concessão, será distribuída em 12 parcelas mensais de mesmo valor e recolhida à conta da ANTT até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$370 (R\$355 em 31 de dezembro de 2022). A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	355	317
Custo (Nota 23)	5.786	4.070
Pagamento do principal	(5.771)	(4.032)
Saldo no final do exercício	370	355

a) Informações sobre o Contrato de Concessão: Contratante: União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. Data da assinatura: 18 de maio de 2015 (início do prazo da concessão em 01 de junho de 2015, data da assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens). Objeto da Concessão: Explora pelo regime de concessão a Infraestrutura e a prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, da BR-101/RJ: Trecho de Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha) - "Ponte Rio-Niterói", com 28,7km de extensão. O contrato foi contabilizado como ativo intangível. Índice de reajuste: IPCA-A. Data de reajuste: 1º de junho de cada ano. Prazo de vigência: 31 de maio de 2045. O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do poder concedente, por até 30 (trinta anos), nas seguintes hipóteses: (i) por imposição do interesse público, devidamente justificado; (ii) em decorrência de força maior, devidamente comprovada; e (iii) para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo

	Previsão até o fim da concessão 31/12/2023	31/12/2022
Natureza dos custos:		
Melhorias na infraestrutura	176.023	177.654
Conservação especial (manutenção)	178.452	186.030
Equipamentos	106.499	104.948
	460.974	468.632

Seguros Contratados: A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. O Contrato de Concessão obriga a concessionária a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacional, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias. Em 31 de dezembro de 2023, as principais apólices e coberturas são conforme segue:

Natureza	Final Vigência	Seguradora	Valor Garantia
Seguro Garantia - Operações	31/12/2024	Fator	263.846
			263.846

**18. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS**

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia. Os valores são ajustados a valor presente a taxa de 9,50% a.a., correspondentes ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital - WACC* na sigla em inglês) da concessionária. Essa provisão está de acordo com a orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCP-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Efeito financeiro 31/12/2022 (intangível)	Paga-mento financeiro 31/12/2023	Efeito financeiro 31/12/2022	Efeito financeiro 31/12/2023
Constituição da provisão para construção de obras	96.896	-	-	96.896
Efeito do valor presente sobre a constituição	(11.316)	-	-	(11.316)
Realização da construção	(95.385)	(81)	-	(95.466)
Ajuste a valor presente - realizações	10.274	-	70	10.344
Atualização Monetária	1.271	-	155	1.426
	1.740	(81)	225	1.884
Circulante	282	-	-	470
Não circulante	1.458	-	-	1.414

	Efeito financeiro 31/12/2021 (intangível)	Paga-mento financeiro 31/12/2022	Efeito financeiro 31/12/2022
Constituição da provisão para construção de obras	96.896	-	96.896
Efeito do valor presente sobre a constituição	(11.316)	-	(11.316)
Realização da construção	(95.282)	(103)	(95.385)
Ajuste a valor presente - realizações	10.203	-	71
Atualização Monetária	1.281	(10)	1.271
	1.782	(103)	1.740
Circulante	696	-	282
Não circulante	1.086	-	1.458

**19. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO**

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do Contrato de Concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão. Os montantes dessas obrigações são registrados a valor presente com a taxa de 8,65% ao ano (8,67% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022), correspondentes ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital - WACC* na sigla em inglês). Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Adição 31/12/2022 (custo)	Paga-mento financeiro 31/12/2023	Efeito financeiro 31/12/2022
Constituição da provisão para manutenção	62.475	4.714	-
Efeito do valor presente sobre constituição	(16.209)	811	-
Realização da manutenção	(44.059)	-	(11.620)
Ajuste a valor presente - realizações	12.138	-	1.342
	14.345	5.525	1.342
	14.345	(11.620)	9.592
Circulante	2.870	-	3.397
Não circulante	11.475	-	6.195

	Adição 31/12/2021 (custo)	Paga-mento financeiro 31/12/2022	Efeito financeiro 31/12/2022
Constituição da provisão para manutenção	65.352 (2.877)	-	-
Efeito do valor presente sobre constituição	(15.182) (1.027)	-	-
Realização da manutenção	(36.345)	-	(7.714)
Ajuste a valor presente - realizações	9.913	-	2.225
	23.738 (3.904)	(7.714)	2.225
	23.738	(7.714)	14.345
Circulante	6.062	-	2.870
Não circulante	17.676	-	11.475

**19. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS E TRABALHISTAS**

Política contábil: A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2023	29	-	29
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	153	-	165
(-) Pagamentos	(136)	-	(136)
(+) Atualização monetária	5	-	5
Saldo em 31 de dezembro de 2023	51	-	51
	49	4	53
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	15	-	15
(-) Pagamentos	(38)	-	(38)
(+) Atualização monetária	3	-	3
Saldo em 31 de dezembro de 2022	29	-	29

(a) Processos cíveis: O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias, não existindo processos de valor individual relevante. A Companhia possui outros processos de natureza cível totalizando R\$23.146 em 31 de dezembro de 2023 (R\$41.407 em 31 de dezembro de 2022), oriundos de acidentes e multas administrativas, avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão. (b) Processos trabalhistas: O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2023, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$1.745 (R\$722 em 31 de dezembro de 2022), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão. (c) Processos tributários: Em 31 de dezembro de 2023, existem alguns processos de natureza tributária que totalizam R\$634 (R\$584 em 31 de dezembro de 2022), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto sem constituição de provisão.

**CONCESSIONÁRIA PONTE RIO-NITERÓI S.A. - ECOPEPTE**

CNPJ/MF nº 22.163.297/0001-49 - NIRE 33.300.315.993

nárias de rodovias, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão.

**23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA**

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal .....	19.835	16.967
Conservação e manutenção .....	6.536	6.186
Serviços de terceiros (a) .....	13.853	15.469
Seguros .....	2.098	1.874
Poder concedente (Nota 17) .....	5.786	4.070
Provisão para manutenção (Nota 19) .....	5.525	(3.904)
Custo de construção de obras .....	20.381	25.621
Depreciações e amortizações (Notas 10 e 11) .....	28.944	19.702
Locação de imóveis e máquinas .....	469	334
Outros custos e despesas operacionais .....	5.546	5.436
	<u>108.973</u>	<u>91.755</u>

	31/12/2023	31/12/2022
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados .....	93.607	77.704
Despesas gerais e administrativas .....	15.366	14.051
	<u>108.973</u>	<u>91.755</u>

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, resgate e remoção e outros.

**24. RESULTADO FINANCEIRO**

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras .....	14.031	18.538
Atualização monetária depósitos judiciais (Nota 9) .....	45	43
Outras receitas financeiras .....	89	119
	<u>14.165</u>	<u>18.700</u>

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures (Nota 14) .....	(12.522)	(12.345)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 13) .....	(21.431)	(22.256)
Varição monetária sobre debêntures (Nota 14) .....	(12.953)	(15.412)
Varição monetária sobre financiamentos e empréstimos (Nota 13) .....	(2.334)	(1.790)
Amortização de custos com emissão de debêntures (Nota 14) .....	(1.355)	(1.354)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção e construção de obras (Nota 18 e 19) .....	(1.567)	(2.296)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas (Nota 20) .....	(7)	(2)
Juros Capitalizados .....	713	4.764
Pis/Cofins sobre outras receitas financeiras .....	(669)	(1.044)
Juros sobre arrendamentos - CPC 06 (R2) (Nota 15) .....	(843)	(65)
Outras despesas financeiras .....	(574)	(740)
	<u>(53.542)</u>	<u>(52.540)</u>
Resultado financeiro, líquido .....	<u>(39.377)</u>	<u>(33.840)</u>

**25. LUCRO POR AÇÃO**

a) Lucro básico por ação: O lucro básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação .....	30.186	34.355
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação .....	147.368	147.368
Lucro básico e diluído por ação das operações continuadas .....	0,20	0,23

b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações.

**26. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**Gestão de capital:** O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia. A Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados. Índices de endividamento

	31/12/2023	31/12/2022
Dívida (a) .....	508.338	507.024
Disponibilidade (b) .....	(62.840)	(158.674)
Dívida líquida .....	445.498	348.350
Patrimônio líquido (c) .....	160.733	240.169
Índice de endividamento líquido .....	2,77	1,45

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, passivo de arrendamento e obrigações com poder concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas 13, 14, 15 e 17. (b) A disponibilidade é definida como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - conta reserva - vinculados, conforme detalhado nas Notas 5 e 7. (c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como

capital. **Considerações gerais:** • A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado. • Aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 100,7% do CDI em 31 de dezembro de 2023, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços (102,4% em 31 de dezembro de 2022). • Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • Empréstimos e financiamentos, debêntures, passivo de arrendamento e obrigações com poder concedente: classificados como outros passivos financeiros, portanto, mensurados pelo custo amortizado. **Valor justo de ativos e passivos financeiros:** Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 são como segue:

Classificação - Custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa (a) .....	27.562	27.562
Clientes (b) .....	11.816	11.816
Aplicações financeiras (a) .....	42.986	42.986
Passivos:		
Fornecedores (b) .....	7.512	7.512
Empréstimos e financiamentos (c) .....	225.859	221.730
Debêntures (c) .....	274.458	214.411
Passivo de arrendamento (c) .....	7.651	9.003
Obrigações com poder concedente (c) .....	370	370

**Classificação - Valor justo através do resultado**

	Saldo contábil	Valor justo
<i>Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock</i> (d) .....	321	321

a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras aproximam-se do valor justo na data do balanço. b) Os saldos das rubricas de "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia. c) Os empréstimos, financiamentos, debêntures, passivo de arrendamento e obrigações com poder concedente estão registrados ao custo amortizado na data do balanço. d) O valor do *Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas. **Gestão de riscos:** A estratégia de gestão de riscos envolve quatro linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Insegurança regulatória e política do contrato de concessão rentabilidade dos ativos e vulnerabilidades climáticas; Concorrência nas áreas de concessão, segurança ou interdição de infraestrutura existente, cibersegurança e paralisação dos sistemas de infraestrutura críticos, capital humano, gestão da cadeia de suprimentos e subcontratados, cumprimento dos contratos de concessão e segurança viária;
Operacional	Risco de mercado, crédito, e premissas e estimativas contábeis e de planejamento financeiro; e
Financeiro	Corrupção, fraude, integridade e não conformidade com regulamentações do setor.
Compliance	

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional). A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares: A Gestão Holística - Nível Macro - tem caráter eminentemente estratégico, pois está intrinsecamente ligada a questões como missão, visão e objetivos empresariais, ambiente regulatório e competitivo, e capacidade financeira, visando também a compreensão integral dos riscos: considera o potencial impacto de todos os tipos de riscos sobre todos os processos, atividades, stakeholders, produtos e serviços. A Gestão Individualizada - Nível Micro - contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de riscos, principalmente vinculados aos processos da organização. Com relação a avaliação de riscos considera-se a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos. As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Conformidade Legal, Socioambiental, Reputacional e Impacto Econômico. No Grupo Ecorodovias efetua-se a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa. A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo: a) Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco da taxa de juros. (i) Risco de taxa de juros: O risco de taxas de juros e inflação da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. A Companhia está exposta as principais variações: • Taxas de Inflação: Índice Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), relacionado às emissões de debêntures e reajustes tarifários das principais concessões rodoviárias e Índice Geral de Preços. • Mercado (IGP-M) da Companhia, relacionado às obrigações com o poder concedente; •

Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relacionado às emissões de debêntures, as aplicações financeiras relativas à excedente de caixa investidos em títulos e valores mobiliários indexados em CDI da Companhia; e • Taxa de juros de Longo Prazo (TJLP) e Câmbio relacionado aos financiamentos de máquinas e equipamentos e empreendimentos da Companhia. A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. b) Risco de crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras decorrentes da inadimplência de suas contrapartes, de instituições financeiras de recursos ou de investimentos financeiros. Afim de mitigar os riscos de crédito, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras com classificação de Risco "rating" AA, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$5.700 (R\$4.853 em 31 de dezembro de 2022), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber". c) Risco de liquidez: O risco de liquidez decorre da escolha pela Companhia entre o capital próprio (retenção de lucros e/ou aportes de capital) e capital de terceiros para financiar suas operações. A Companhia gerencia tais riscos através de um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto prazo, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros efetiva	1 ano	2 anos	3 anos	em diante
BNDES .....	TJLP + 3,48% a.a.	36.192	36.192	36.192	228.135
Debêntures .....	IPCA + 4,40% a.a.	21.345	23.574	25.830	453.709
Passivo de arrendamento .....	Conforme contrato individual	3.397	3.195	2.087	324
		<u>60.934</u>	<u>62.961</u>	<u>64.109</u>	<u>682.168</u>

**Análise de sensibilidade:** Risco de variação nas taxas de juros: A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, TJLP e do IPCA-A, principais indicadores das aplicações financeiras, debêntures e empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Juros de aplicações financeiras (a) .....	Alta do CDI	2.334	2.918	3.501
Empréstimos e financiamentos (b) .....	Alta do TJLP	(19.873)	(24.842)	(29.810)
Juros sobre debêntures (c) .....	Alta do IPCA	(15.353)	(15.627)	(15.903)
Juros a incorrer, líquidos .....		<u>(32.892)</u>	<u>(37.551)</u>	<u>(42.212)</u>

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses. As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (a) .....	9,15%	11,44%	13,73%
TJLP (b) .....	4,15%	5,18%	6,22%
IPCA (c) .....	6,10%	7,63%	9,15%

Fonte: Relatório da Consultoria MB Associados - Dezembro/2023.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

**27. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

a) Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota 5. b) Informações suplementares: As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa. c) Transações que não envolvem caixa: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	31/12/2023	31/12/2022
Direito de uso - CPC 06 (R2) .....	9.070	770

**28. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO**

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas a exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

**Conselho de Administração**

Membros Efetivos: **MARCELLO GUIDOTTI** (Presidente do CA)  
**RODRIGO JOSÉ DE PONTES SEABRA MONTEIRO**  
**ROBERTO BORGES PAIVA**

**Diretoria**

Diretor Presidente - **ALBERTO LUIZ LODI**  
Diretor Superintendente e de Relações Investidores - **JÚLIO CEZAR MOREIRA DE AMORIM**

Contador: **HUGO RAFAEL MITZ**  
CRC 1PR050369/O-4 T° RJ

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas **Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecopepente**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecopepente ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecopepente em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<b>Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Notas 3(f) e 22)</b> A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia. Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumariadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão. Essa área foi considerada como uma das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil. Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia. Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia. Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.
<b>Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3(b) e 11)</b> Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 609.059 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários. A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.	Entre outros procedimentos, efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes para a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração. Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos. Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as informações consistentes com dados e informações obtidos.

**Outros assuntos**

**Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos

relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos